



Raça, economia e sociedade: da tradição radical negra à crítica da sociologia econômica

Erik Wellington Barbosa Borda¹

Resumo: Este artigo revisita debates sobre a relação entre capitalismo e racismo, argumentando que a “evasividade racial teórica” impede uma compreensão adequada da relação entre a economia e a sociedade. O apagamento epistemológico de raça é discutido por meio de possíveis resultados práticos, contrastando a perspectiva racista de economistas do sul dos EUA pré-Guerra Civil com trabalhos de dois autores da chamada “tradição radical negra”: C.L R. James e Oliver C. Cox. Conclui-se que a raça deve ser incorporada às estruturas de diálogo nas ciências sociais voltadas para o estudo da economia.

Palavras-chave: Tradição radical negra, evasividade racial, Sociologia Econômica, Raça e classe.

Race, economy and society: from the black radical tradition to the critique of economic sociology

Abstract: This article revisits debates on the relationship between capitalism and racism, arguing that “theoretical racial evasiveness” prevents an adequate understanding of the relationship between the economy and society. The epistemological erasure of race is discussed through possible practical outcomes, contrasting the racist perspective of pre-Civil War southern US economists with works by two authors from the so-called “black radical tradition”: C.L R. James and Oliver C. Cox. It concludes that race must be incorporated into the structures of dialogue in the social sciences focused on the study of economics.

¹ Universidade Estadual de Campinas – Campinas – Brasil - e229373@dac.unicamp.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8624-5903>

Keywords: Black radical tradition, Racial evasiveness, Economic Sociology, Race and class.

Raza, economía y sociedad: de la tradición radical negra a la crítica de la sociología económica

Resumen: Este artículo retoma los debates sobre la relación entre capitalismo y racismo, argumentando que la “evasión racial teórica” impide una comprensión adecuada de la relación entre economía y sociedad. El borrado epistemológico de la raza se discute a través de posibles resultados prácticos, contrastando la perspectiva racista de los economistas del sur de EE.UU. anteriores a la Guerra Civil con obras de dos autores de la llamada “tradicción radical negra”: C.L.R. James y Oliver C. Cox. Se concluye que la raza debe incorporarse a las estructuras de diálogo de las ciencias sociales centradas en el estudio de la economía.

Palabras clave: Tradición radical negra, Evasión racial, Sociología Económica, Raza y clase.

Introdução

No final da primavera de 1921, uma multidão branca atacou e reduziu a cinzas o bairro negro de *Greenwood*, em Tulsa, Oklahoma. A prosperidade desse bairro lhe rendeu o apelido de “Black Wall Street”, pelo qual segue até hoje sendo conhecido. Estima-se que entre 100 e 300 pessoas morreram no evento, e a perda material total ao redor de 2 milhões e 250 mil dólares (O’Dell, 2001), cerca de 32 milhões de dólares em valores atuais.

Ressentidos da evidente ambição e afluência das classes altas de *Greenwood*, temerosos da assertividade demonstrada por veteranos negros da Primeira Guerra Mundial que insistentemente exigiam para si a democracia pela qual arriscaram suas vidas no exterior na Grande Guerra, animados pela ideia de que negros deveriam ficar em “seu lugar”, na parte mais baixa do totem social, [...] tulsanianos brancos mataram pelo menos 25 de seus vizinhos negros – e provavelmente dezenas mais – e incendiaram 35 quarteirões, deixando mais de mil famílias desalojadas² (Brophy, 2002: IX).

2 “Resentful of the evident ambitiousness and affluence of Greenwood’s upper class, fearful of the assertiveness displayed by black veterans of World War I who insistently demanded for themselves the democracy for which they had risked their lives abroad in the Great War, animated by the idea that Negroes must be made to stay in their “place” at the bottom of the social totem pole, [...] white Tulsans killed at least twenty-five of their black neighbors—and probably dozens more—and torched thirty-five city blocks, rendering more than a thousand families homeless.”

As demandas por reparação material pelos danos, logo após o fim dos eventos, em 21 de junho de 1921, não foram atendidas, com exceção de um morador branco, que foi compensado por ter armas roubadas de sua loja (O'Dell, 2001: 145)

Esse capítulo tenebroso da história americana, entre outras coisas, explicita um problema fundamental da relação entre capitalismo e a questão racial. Por um lado, o sucesso econômico alcançado pela população negra de Tulsa pareceria confirmar a concepção de que a lógica de cálculo desse sistema econômico independe das condições de diferença dos sujeitos. Por outro lado, intervenções como as de Tulsa em 1921, com seu inegável caráter racista, existem por fatores que são, em sua essência, extraeconômicos. O problema poderia ser colocado do seguinte modo: raça opera com efeitos econômicos em uma dada realidade social, mas sua existência não pode ser explicada pela economia, mas por fatores eminentemente sociais. A hipótese mobilizada neste trabalho é que a separação analítica entre economia e sociedade sustenta uma compreensão equivocada a respeito da relação de raça com o mundo econômico, ao mesmo tempo em que, em outro sentido, uma compreensão mais adequada da Economia só é possível com uma atenção precisa às dimensões estruturantes de como raça opera e de seu lugar no interior dos sistemas teóricos mobilizados em uma explicação sociológica.

Ademais, mobilizando os conceitos de performatividade dos mercados (Callon, 1998; 2006) e de articulação (Hall, 1980), sustentamos que as respostas intelectuais à evidência de raça em sua conformação econômica e suas expressões políticas decorrentes podem ter impactado – e continuam a impactar – o próprio funcionamento do modo de produção capitalista tal como o entendemos. Para o desenvolvimento desse argumento, este trabalho adota uma abordagem de reconstrução teórica e análise conceitual, contrastando diferentes tradições intelectuais que lidaram com a relação entre raça e economia. Exploramos esquematicamente duas saídas intelectuais possíveis, propostas em polos opostos do espectro político, diante do que chamamos de “evasividade racial” da teoria econômica convencional: a Economia Política Sulista pré-Guerra Civil nos Estados Unidos e a tradição radical negra, representada aqui por C. L. R. James e Oliver C. Cox, apontando, por fim, que esta tradição oferece aportes importantes para a incorporação de raça às estruturas de diálogo da Sociologia, em especial a Econômica.

Iniciaremos desenvolvendo o conceito de evasividade racial teórica, demonstrando como essa tendência epistemológica relega raça ao domínio do “social” sem permitir que ela desafie as estruturas de diálogo das Ciências Sociais. Em seguida, analisaremos como a Economia Política Sulista pré-Guerra Civil incorporou raça como categoria estruturante de suas análises econômicas,

ainda que para fins reacionários. Na terceira seção, examinaremos as contribuições de C. L. R. James e Oliver C. Cox, autores da tradição radical negra que identificaram a centralidade de raça na estruturação do capitalismo. Por fim, discutiremos possibilidades de articulação entre Sociologia Econômica e perspectivas críticas sobre raça, mobilizando especialmente o conceito de articulação de Stuart Hall (1980).

Evasividade racial teórica: crítica a um limite

Há uma tendência, presente mesmo em personalidades progressistas e preocupadas com as dinâmicas de opressão racial, a não deixar que os aportes trazidos por correntes críticas em matéria de raça reformulem o modo como o conhecimento é produzido nas Ciências Sociais. Isso ocorre por uma série de fatores, dentre os quais se destacam as próprias disputas internas no interior das disciplinas e a composição de seus quadros³. Para o bem da simplificação, chamaremos essa tendência aqui de evasividade racial teórica⁴. A evasividade racial teórica, à qual nos referimos na introdução deste trabalho ao falar de Tulsa, não precisa ser necessariamente precedido por um racismo daltônico (Bonilla-Silva, 2017), a saber, um princípio liberal e universalista que visa a tratar todos de maneira igualitária, e que em suas consequências, reproduz assimetrias já existentes. A evasividade racial teórica, assim, pode ser entendida como uma postura que se distingue não pela recusa de tratar de raça em si – embora isso possa até ocorrer –, mas pelo lugar específico que ela relega a essa clivagem dentro dos paradigmas interpretativos. Gurminder Bhambra (2007) recorda que por mais que gênero, sexualidade e raça tenham ganhado espaço na explicação sociológica, sua inserção tem sido organizada dentro de categorias pré-existentes.

3 Daniel Hirschman e Laura Garbes destacam que, nos EUA, a seção de Sociologia Econômica da Associação Sociológica Americana tem uma das mais baixas taxas de membros negros entre todas, com apenas 1,7% de seus membros que se auto-identificam como negros, em comparação a 6,5% para a Associação como um todo. (HIRSCHMAN e GARBES, 2019: 4)

4 Tradicionalmente, a bibliografia tem tratado tal fenômeno como “daltonismo” ou “cegueira racial” – do inglês *color blindness*. Este termo, porém, tem sido criticado e evitado em produções mais recentes em vistas de suas conotações capacitistas, e em seu lugar, propõe-se a adoção de expressões como *color-evasiveness* ou *race-evasiveness* (ANNAMMA, JACKSON e MORRISON, 2017). Ao longo desse texto, porém, certas reflexões que citamos foram construídas sobre o uso do primeiro e, problemático, termo. A bem da verdade, na própria tradução recente do importante livro de Eduardo Bonilla-Silva sobre o tema, por exemplo, optou-se pelo uso do termo “cegueira de cor” (BONILLA-SILVA, 2020). Sempre que possível, usaremos “*race-evasiveness*” em suas possíveis adaptações ao português. Entretanto, em se tratando de referências a usos dos termos “daltonismo” ou “cegueira racial/cegueira de cor” quando estes aparecem em alguma obra citada, será conservado o termo “daltonismo”, para evitar ambiguidades ou alteração das intenções originais de seus autores.

Em outras palavras, enquanto pode ter havido reconhecimento das reinvenções de gênero, sexualidade ou raça no interior das abordagens sociológicas padrões, há também a tentativa de proteger as categorias centrais de análise de qualquer reconstrução que tal reconhecimento implicaria⁵ (Bhambra, 2007: 873).

Bhambra lê a história da Sociologia operando a partir duas categorias essenciais que ela distingue: sistema e a noção de (moderno) social. As críticas feministas à Sociologia, por exemplo, puderam ser incorporadas na medida em que, do ponto de vista das pesquisas empíricas, poderiam atentar-se à categoria gênero como uma clivagem do social (e, portanto, “não-sistêmica”), e algo similar aconteceu com sexualidade.

Compreender o modo pelo qual a Sociologia foca o social, como distinto do sistema, e ao mesmo tempo cria uma estrutura na qual a relação com o ‘sistema’ se localiza, é de primordial importância. [...] é essa compreensão da Sociologia em termos de uma divisão sistema/social e sua relação consequente com a ideia de Teoria Geral que coloca os limites fundamentais dos projetos sociológicos. Assim, o fracasso do feminismo e da teoria queer – as ‘revoluções ausentes’ de gênero e sexualidade – em afetar a transformação das categorias disciplinares da Sociologia repousa em sua reprodução dos mesmos aspectos da Sociologia que constituem o problema em primeiro lugar.⁶ (Bhambra, 2007: 876)

Nesses casos, a incorporação de elementos não se deu na dimensão sistêmica, e, portanto, não afetou as estruturas da explicação sociológica. Para Bhambra, assim, a Sociologia sempre esteve mais aberta a trabalhar com raça enquanto uma clivagem do social, mas menos disposta a engajar-se criticamente com a história do colonialismo, que poderia implicar, na pior das hipóteses,

5 “In other words, while there may be recognition of the claims of gender or sexuality or race within standard sociological approaches, there is also an attempt to protect core categories of analysis from any reconstruction that such recognition would entail.”

6 “Understanding the way in which sociology focuses on the social, as distinct from the system, and at the same time creates the general framework within which its relation to the ‘system’ is located, is of primary importance. It is the argument of this article, that it is this understanding of sociology in terms of a system/social division and its consequent relation to the idea of general theory that poses fundamental limitations for sociological projects. Thus, the failure of feminism and queer theory – the ‘missing revolutions’ of gender and sexuality – to effect a transformation of the disciplinary categories of sociology rests on their reproduction of the very aspects of sociology that constitute the problem in the first place.”

na demolição de seu edifício teórico e conceitual⁷. Há uma acomodação de gênero, sexualidade e raça à questão de identidades. “Ao localizar gênero, sexualidade e raça no domínio do ‘social’, eles se tornaram questões para se falar a respeito, mas não foram permitidas em si a desafiar as estruturas de diálogo que facilitam o reconhecimento e geral compreensão conceituais no mundo”⁸ (Bhambra, 2007: 879).

A tendência à evasividade racial teórica precede em muito o surgimento das disciplinas das Ciências Sociais. É interessante notar que, por mais que o advento das disciplinas acadêmicas modernas ocorresse no momento de expansão do colonialismo e invenção do conceito de raça (Connell, 2012), a noção de indivíduo na qual se assentavam e que ajudaram a formatar, em toda sua abstração, era desprovida de qualquer característica distintiva. Não tinha classe social, não tinha gênero, não tinha nacionalidade, não tinha raça. E não obstante, é em toda sua abstração que essas ausências demonstravam seus efeitos práticos nas margens dos impérios. Só assim é possível compreender como autores como Locke, Rousseau, Montesquieu e etc. podiam ao mesmo tempo defender uma liberdade abstrata e alienar-se da discussão acerca da escravidão que lhes era contemporânea, a africana, ou mesmo muitas vezes justificá-la (Buck-Morss, 2009). De modo que é justamente ali, nas fronteiras, que essas contradições se faziam evidentes, e na discussão sobre o econômico detinham uma dimensão que é muitas vezes ignorada: a relação entre a racialização da força de trabalho e os modos de produção. Aqui sim, a evasividade racial teórica se sustentava em um “racismo daltônico”, e, como se pretende mostrar a seguir, em alguns casos não havia nem sequer tal evasão; era puro e simples racismo. A categoria mais útil pela qual podemos apreender essa relação é a de *Homo Economicus*.

Michel Callon chama nossa atenção para o caráter performático da economia. Isso significa que, ao contrário da suposição comum de que a relação entre a Economia (*Economics*) – o corpo de saber teórico, uma disciplina acadêmica – e seu objeto, a economia (*Economy*) – suas instituições, lógicas de funcionamento, o próprio mercado – seja puramente intelectual, ou seja, “de que existe uma coisa – a economia – que uma ciência – a Economia – tomou como

7 Para um panorama das relações entre a formação do cânone sociológico e as forças políticas colonialistas e imperialistas, ver *O Império e a criação de uma Ciência Social*, de Raewyn Connell (2012)

8 “By locating gender, sexuality, and race within the domain of the ‘social’, these have become issues to be talked about, but they have not themselves been allowed to challenge the structures of dialogue that facilitate recognition and generate conceptual understandings of the world.”

seu objeto”⁹ (Callon, 1998: 2), o autor coloca que muito do que concebemos como a própria economia é indissociável das reflexões sobre seu funcionamento (Callon, 2006; 1998).

Considere, por exemplo, o papel das teorias econômicas e de suas hipóteses no design institucional. Podemos dizer que a criação de um banco central europeu, diretamente inspirado pelas teses monetaristas de Milton Friedman, ajuda a fazer com que mercados monetários reais correspondam às descrições e análises propostas por teorias ou modelos qualificados como abstratos.¹⁰ (Callon, 2006:18-19)

Desse modo, Callon, longe de descartar de antemão a ideia de um *Homo Economicus*, ou tentar trazer vida para essa entidade abstrata por meio da Sociologia Econômica, prefere reconhecer que sim, ele¹¹ existe, mas:

na forma de muitas espécies e sua linhagem é múltipla e ramificada. Mas se ele existe, ele obviamente não é encontrado em um estado natural – essa expressão tem pouco significado. Ele é formatado, enquadrado e equipado com próteses que lhe ajudam em seus cálculos e as quais, em grande parte, são produzidas pela Economia¹² (Callon, 1998: 51)

Não se trata de negar a existência da materialidade de um processo econômico aqui, mas, ao reivindicar Callon, pretendemos argumentar que as respostas teóricas à evidência de raça em sua conformação e suas expressões políticas decorrentes podem ter impactado o próprio funcionamento do modo de produção

9 “Saying that economics has failed by neglecting to develop a theory of real markets and their multiple modes of functioning, amounts to admitting that there does exist a thing –the economy – which a science – economics – has taken as its object of analysis.”

10 “Consider, for example, the role of economic theories and their hypotheses in institutional design. We can say that the creation of a European central bank, directly inspired by the monetarist theses of Milton Friedman, helps to make real monetary markets correspond to the descriptions and analyses proposed by theories or models qualified as abstract.”

11 Ademais da crítica aqui empreendida aos pressupostos racializados do “*Homo Economicus*”, é necessário destacar que se trata também de uma abstração generificada. De acordo com Brena Fernandez, *homo economicus* tem um caráter “androcêntrico”: “O *homo oeconomicus* é o protótipo de um indivíduo do gênero masculino, adulto, que não precisa cuidar das obrigações da casa, criar filhos, cuidar dos enfermos da família e nem dos pais idosos. Nesse sentido, o homem econômico, por um lado, não pode representar 50% da humanidade composta por homens. Tampouco representa adequadamente o comportamento dos restantes 50% composto por mulheres.” (Fernandez, 2018: 566)

12 “Yes, *homo economicus* really does exist. Of course, he exists in the form of many species and his lineage is multiple and ramified. But if he exists he is obviously not be found in a natural state – this expression has little meaning. He is formatted, framed and equipped with prostheses which help him in his calculations and which are, for the most part, produced by economics.”

capitalista tal como o entendemos. Para esse fim, nas seções seguintes exploraremos esquematicamente duas saídas intelectuais possíveis, propostas em polos opostos do espectro político, diante da evasividade racial da teoria econômica convencional. Tentaremos demonstrar que ambas perspectivas lidaram com raça como um fator estruturante da reflexão sobre o econômico, mas com pontos de partida e de chegada muito diferentes. Sustentando nossa reflexão nas posições de Michel Callon sobre a performatividade dos mercados, propomos aqui, ainda, que se as respostas intelectuais que analisaremos tivessem ganhado contornos institucionais, possivelmente nossa compreensão sobre o funcionamento do capitalismo seria muito diferente. Acreditamos, por fim, que esses elementos reforçam uma necessidade de incorporação da dimensão racial na estruturação de qualquer reflexão sociológica acerca do econômico.

A Economia Política Sulista: um racismo racista

Nas décadas que antecederam a Guerra Civil Americana, um grupo de intelectuais brancos do Sul dos Estados Unidos se estabeleceu em Universidades da região. Entre suas funções estava o ensino da disciplina de Economia Política. Entretanto, um dos dilemas colocados a esses autores era o fato de os argumentos propostos por essa disciplina refletirem processos e preocupações relativamente distantes da sociedade em que viviam. Adam Smith, Jean Baptiste Say, David Ricardo, entre outros, debatiam um modelo de sociedade que havia rompido com a questão da servidão e da escravidão, pelo menos do ponto de vista intelectual. Para Adam Smith (1996), por exemplo, a escravidão era, não apenas um atentado contra a moral, uma vez que não permitia que os escravos detivessem propriedade, mas também ineficiente, afinal, “uma pessoa incapaz de adquirir propriedade não pode ter outro interesse senão comer o máximo e trabalhar o mínimo possível” (Smith, 1996. p. 383).

Isso colocava o problema da persistência do modelo escravista em diversos lugares do mundo, a despeito de sua suposta inviabilidade e ineficiência. Adam Smith o encarava recorrendo a um aspecto extraeconômico. Para o autor:

O orgulho do homem faz com que ele goste de dominar os outros, e nada o mortifica tanto como ser obrigado a mostrar-se condescendente em persuadir seus subalternos. Sempre que a lei e a natureza do trabalho a executar o permitirem, o homem geralmente preferirá o serviço de escravos ao de homens livres (Smith, 1996. p. 383).

Assim, “o fazendeiro de açúcar das Índias Ocidentais, na análise de Smith, maximizava o interesse pessoal, mas não era mero *homo economicus*”¹³ (Carlander e Brownlee, 2006. p. 394). Mas e se houvesse um outro motivo para a persistência da escravidão em uma economia capitalista? Essa inquietação moveu os esforços dos economistas políticos sulistas durante o pré-guerra civil.

Jay Carlander e Elliot Brownlee (2006) recuperam a história pouco conhecida de alguns desses autores, como Thomas Cooper, George Tucker, Thomas Dew e Jacob Cardozo¹⁴, cujos trabalhos acadêmicos se mostraram indissociáveis dos debates mais amplos acerca da escravidão e seu futuro na América. Segundo Carlander e Brownlee, as discussões sobre a obra de tais autores, via de regra, tentam demonstrar o fracasso dessas perspectivas, algo que, ainda segundo Carlander e Brownlee, não se sustentaria. Para estes, os economistas políticos do Sul teriam “desenvolvido um enquadramento intelectual que era tanto uma defesa da escravidão quanto um modo de compreensão dos fazendeiros do Sul como capitalistas”¹⁵ (Carlander e Brownlee, 2006: 395), cujos interesses seriam, desse modo, racionais:

Os economistas políticos infundiram suas análises dos fazendeiros, e da instituição da escravidão, coma crença de que os fazendeiros se comportavam como capitalistas de qualquer outro lugar, investindo seus recursos, inclusive seus capitais, em uma série de atividades competitivas e métodos de produção de acordo com cálculos projetados para maximizar os retornos de seus investimentos. [...] Os economistas políticos do Sul pegaram o conceito de fazendeiros como capitalistas e o utilizaram para ajudar a descrever a relação entre senhores de escravos e escravos. Os economistas políticos viam o componente central do capital dos senhores de escravos nos investimentos destes em escravos. De fato, eles acreditavam que os senhores

13 “*The West Indian sugar planter, in Smith’s analysis, maximized self-interest, but was no simple homo economicus.*”

14 Thomas Cooper (1759-1839) foi um intelectual inglês radicado nos Estados Unidos que se tornou presidente do South Carolina College em 1820, onde também lecionou Economia Política. George Tucker (1775-1861), nascido nas Bermudas, foi professor de Filosofia Moral na Universidade da Virgínia a partir de 1825, tendo anteriormente servido no Congresso. Thomas Roderick Dew (1802-1846) foi professor de “Lei Política” no College of William and Mary desde 1827, tendo posteriormente se tornado presidente da instituição. Jacob Newton Cardozo (1786-1873), de uma família judaica sefardita, foi editor do *Charleston’s Southern Patriot* a partir de 1823 (Carlander e Brownlee, 2006. pp. 391-393). Esses autores foram centrais para o estabelecimento da Economia Política como disciplina acadêmica no Sul dos Estados Unidos durante as décadas de 1820 e 1830, período em que desenvolveram suas análises sobre a compatibilidade entre escravidão e capitalismo aqui tangenciadas.

15 “*They developed an intellectual framework that was both a defense of slavery and a way of understanding the southern planters as capitalists.*”

de escravo capitalistas haviam transformado trabalho escravo bruto em um bem de capital.¹⁶ (Carlander e Brownlee, 2006: 395)

A conciliação dos pressupostos da Economia Política com a instituição da escravidão por parte dos economistas sulistas só foi possível pela visibilidade e infalibilidade da raça como índice de diferença e desigualdade (HALL, 2017), e foi nela que “os economistas políticos do Sul encontraram meios ideológicos para eximir os negros das categorias econômicas universais”¹⁷ (Carlander e Brownlee, 2006: 396). Para os fins deste texto, o argumento pode ser resumido do seguinte modo: o modelo de Adam Smith faria sentido, mas corresponderia a um modelo de trabalhador que é branco. Ou seja, contra a evasividade racial da Economia Política, esses autores do Sul teriam voltado suas atenções à realidade concreta da produção agrícola escravista invocando o papel que raça – supostamente – jogava nesse processo. Talvez Smith estivesse certo, a escravidão pudesse de fato ser ineficiente perante o trabalho livre, mas no caso do Sul, “eles afirmavam que a escravidão fazia na verdade o trabalho de afro-americanos, embora pobre em qualidade técnica, mais produtivo do que seria em condições de liberdade”¹⁸ (Carlander e Brownlee, 2006: 396).

Recuperamos a perspectiva desses intelectuais conservadores aqui para chamar a atenção ao fato de que raça detém efeitos estruturantes na realidade não só social, mas econômica dessas formações sociais, de maneira que mesmo esses intelectuais reconheceram sua centralidade teórica. Disso se desprendem duas observações importantes para nosso argumento. Em primeiro lugar, o fato de que raça assume um lugar indissociável do que se pensa como o “econômico” em sua processualidade e materialidade, e, portanto, não está simplesmente “flutuando” em um outro nível, seja ele cultural ou social. Em segundo lugar, que sua efetividade como significante de diferença (Hall, 2017) pode embasar

16 “The political economists infused their analysis of planters, and the institution of slavery, with the belief that planters behaved as did capitalists elsewhere, investing their resources, including their capital, across competing activities and methods of production according to calculations designed to maximize the returns on their investments. [...] The southern political economists took the concept of the southern planters as capitalists and used it to help describe the relationship between slave owners and slaves. The political economists regarded the central component of the slave-owners’ capital as their investment in slaves. In effect, they believed that the capitalist slave-owners had turned raw slave labor into a capital good.”

17 “In arguments of racial deficiency, the southern political economists found an ideological means of exempting blacks from the universal economic categories of political economy. Blacks were simply deemed racially incapable of self-interest, selfownership, self-rule, and civilization itself. Instead, they were ‘by nature, subject, dependent, slave,’ wrote McCord.”

18 “They asserted that slavery actually made the work of African- Americans, however poor in technical quality, more productive than it would have been under freedom.”

políticas muito distintas, e que a rejeição à evasividade racial teórica não significa necessariamente em algum tipo de antirracismo. É plenamente possível basear projetos reacionários nesses termos. Ainda, se Carlander e Brownlee estiverem corretos no argumento de que o fracasso ideológico desses intelectuais tem menos a ver com o conteúdo de suas ideias do que a derrota dos confederados na Guerra de Secessão, resta-nos a inquietação de imaginar o que aconteceria se a história tivesse sido diferente. Afinal, “suas ideias tiveram um impacto significativo sobre as instituições de trabalho da Confederação”¹⁹ (Carlander e Brownlee, 2006: 405), e, portanto – se seguirmos Callon –, talvez tivessem ajudado a modelar uma economia de mercado na qual todo seu edifício fosse compatível com o trabalho não-livre em seus fundamentos²⁰.

Certamente, não foi apenas nesses termos que o problema da relação entre raça e economia foi colocado, muito pelo contrário. As bases racializadas da economia também foram percebidas e dissecadas por uma série de intelectuais negros, em particular por aqueles que conformaram o que Cedric Robinson (2023) chamou de “*tradição radical negra*”²¹. A seguir discutiremos dois autores dessa perspectiva revisando suas contribuições e seus limites.

A tradição radical negra: um racismo antirracista

C. L. R. James diz em 1939 que “o único lugar onde os negros não se rebelaram é nos livros de historiadores capitalistas” (James, 2019: 23). Com a frase, James chama a atenção aqui à evasividade que marcou a produção intelectual até então, que ele tenta retificar com a escrita de seu clássico *Os Jacobinos Negros*,

19 “Whatever the role of the political economists during the secession crisis, their ideas had a significant impact on labor institutions in the Confederacy, and beyond.”

20 “The lack of influence of the southern political economists, however, was highly contingent; things might have been very different. What if the Confederacy had established its independence? Or, what if the slave states had managed at some point to consolidate their bargaining power within the American constitutional order? If the southern political economists were correct in their economic predictions, then the South, and perhaps the nation as a whole, might have had a future – both capitalist and industrial – that involved far greater reliance on institutions of unfree labor.” (CARLANDER e BROWNLIE, 2006: 405)

21 Para Cedric Robinson, a tradição radical negra é entendida como uma consciência revolucionária que emerge da totalidade da experiência histórica dos povos negros, manifestada como uma contínua linhagem popular de revolta e resistência contra a escravidão, a subalternização racial e o capitalismo. É digno de nota que para o autor ela não se trata de uma variante do radicalismo ocidental, mas sim uma resposta especificamente africana à opressão, com raízes e fundamentos próprios (ROBINSON, 2023). Embora a tradição não se limite a um grupo seleto de intelectuais, envolvendo também movimentos e manifestações coletivas, alguns nomes associados a ela são W. E. B. Du Bois, C. L. R. James, Richard Wright, Frantz Fanon, Walter Rodney e Claudia Jones, ainda que nem todos esses recebam o mesmo tipo de atenção na obra *Marxismo Negro*, de Robinson.

no ano anterior, no qual narra a “única revolução de escravos bem-sucedida da história”, a Revolução Haitiana. Para além do exercício literário da escrita e originalidade de sua análise, o “palco marxista”, no qual a figura alegórica e mítica de Toussaint Louverture (Rabbit, 1995) atua, encerra uma interpretação implícita acerca das relações entre capitalismo, escravidão, raça e classe que é importante para o argumento deste trabalho. Vale dizer, antes, que tal implicidade decorreria, de acordo com Brett St. Louis, da opção de James por abrir mão do “exame formalista empírico” do marxismo, pois James veria a modernidade como algo que se trata “essencialmente de pessoas, e não coisas”²² (St Louis, 2003: 36).

Seja como for, há algumas passagens em *Os Jacobinos Negros* onde a interpretação de James pode ser apanhada. Uma delas, a qual muitos dos comentaristas da obra de James se voltam, é a seguinte: “A questão racial, em política, é subsidiária à questão das classes e pensar no imperialismo em termos de raça é algo desastroso. Mas negligenciar o fator racial como meramente incidental é um erro, menos grave apenas do que o tornar fundamental” (James, 2010: 259). Brett St. Louis recupera a discussão de Sundiata Keita Cha-Jua, para quem o núcleo do significado de James gira em torno do termo “subsidiária” (St Louis, 2004: 41), se ele implica ou não uma relação de determinação entre classe e raça em política – pretendemos mostrar que “em economia” isso parece diferente.

Antes de nos voltarmos ao significado de “subsidiária”, nessa passagem, convém mencionar ainda uma passagem adicional na temática. Para James, os negros revoltosos do Haiti, “trabalhando e vivendo juntos em grupos de centenas nos enormes engenhos de açúcar que cobriam a Planície do Norte, estavam mais próximos de um proletariado moderno do que qualquer outro grupo de trabalhadores daquela época” (James, 2010: 91). Note-se que James, assim como os economistas políticos do Sul, discutidos anteriormente, tenta associar a escravidão à modernidade, mas à diferença daqueles, James a enquadra dentro de uma matriz crítica e de um projeto de revolução socialista. Isso significa que, para os economistas políticos do Sul, a escravidão poderia ser moderna na medida em que os senhores de escravos eram um *homo economicus* por excelência, enquanto que para James, ela seria moderna na medida em que embasava um tipo de consciência no contingente escravo que lhe colocou na vanguarda

22 “This foregrounding of the narrative and the dramatic over a formalist empirical examination and analytical focus is crucial because, for James, modernity is essentially about people, not things.”

dos mais importantes projetos emancipatórios de nosso tempo. James coloca o debate nos registros da política²³.

De volta ao tema, o momento no qual aquela passagem aparece em *Os Jacobinos Negros* é quando Toussaint ordena o fuzilamento de seu sobrinho, Hyacinthe Moïse, comandante da Província do Norte em São Domingos. Apesar de ter abolido a escravidão, Toussaint manteve os negros trabalhando nas fazendas para patrões brancos, algo incompreensível para os ex-escravos. Moïse, que de acordo com James encarnava como Toussaint o espírito da Revolução, incita então uma rebelião de negros contra o regime, em busca da emancipação total, que não acreditavam ser politicamente possível com as práticas que, em sua visão, beneficiavam os brancos em detrimento dos negros. A revolta é violentamente reprimida, e “para os negros do Norte, já desencantados com a política de Toussaint, a execução de Moïse foi a desilusão derradeira” (James, 2010: 254).

Tony Martin diz que James foi “antes de tudo um marxista”²⁴ (Martin, 1972: 186), e que mesmo seu envolvimento com o pan-africanismo deve ser visto como resultado de suas atividades enquanto um marxista. Nesse sentido, Martin enxerga em James uma primazia geral da classe em relação à raça. A interpretação de Martin é corrente, e, no entanto, embora mencione a mesma passagem de *Os Jacobinos Negros*, centra suas reflexões nas atividades e produção de James durante seu período nos Estados Unidos, portanto acaba por não avançar tanto na discussão do que significou o tema no livro em questão. St. Louis ressalta que: “James tem usos estratégicos e momentâneos de raça que são separáveis de uma análise de classe e política”²⁵ (St Louis, 2004: 41). Vale a pena voltar a tais usos em busca de uma interpretação alternativa. Para James, raça parece ser dotada de alguma especificidade que justifica tratá-la nas análises como relativamente autônoma a classe, e não necessariamente determinada por ela.

23 “I have met this repeatedly. Those economic determinists, they say ‘this was the historical situation, this was the economic situation, this represented this, this represented that,’ and they give you the impression that they are using Marxism, that in reality it was inevitable that so and so should get into power and should remain in power. Then comes something without which Marxism is a lot of nonsense: [...] Marxism is essentially the question of the struggle of classes. [...] If you do historical and economic analysis without being aware of the significance, the dominant significance of the struggle of classes based on that economic analysis, you end by looking upon and painting the actual state of events as inevitable.” (JAMES, 2009: 122)

24 “More than most other Pan-African revolutionaries, James has been a Marxist first and foremost, and his ideas on issues relevant to the international black struggle have been developed within the general framework of his Marxist theories.”

25 “James has momentary strategic uses for race that are separable from a distinct class analysis and politics”

Na discussão sobre o assassinato de Moïse, raça tende a ser mais uma matriz de inteligibilidade para a questão de classe do que um epifenômeno desta, na medida em que a revolta organizada contra Toussaint colocava em xeque, não a dominação de fazendeiros, mas sim de fazendeiros brancos, o que é algo muito diferente. Embora se possa argumentar que esse gesto, de um ponto de vista mais pragmático de análise política, represente “classe por outros modos”, James inequivocamente ressalta a inseparabilidade de forma e conteúdo no processo, e denuncia a subsunção de raça a classe. “Se, na França, a monarquia fosse branca, os burgueses, mestiços e as massas, negras, a Revolução francesa teria sido registrada na História como uma guerra de raças” (James, 2010: 128). O deslocamento que apontamos dá-se em relação à leitura tipicamente marxista que, como Martin sinalizou, tende de fato a subsumir raça a classe. A posição de James parece ser bem mais a de enxergar uma articulação entre as duas categorias, que, quando vistas de maneira separada, obscurecem a análise de eventos históricos, tal como pode ser notado na passagem acerca da Revolução Francesa e uma suposta divisão racial entre as classes. O problema na análise de James aqui é que a articulação entre as duas categorias parece se limitar ao nível político, e, portanto, o enquadramento mantém a oposição entre o que pertence ao social, ao político e ao econômico. Se nossa interpretação estiver correta, James percebe uma relação entre raça e economia, mas a direção dessa articulação se dá “de baixo para cima”, quer dizer, a economia tem muito a dizer sobre raça, mas raça tem pouco a dizer sobre economia, embora tenha muito a dizer sobre política. Novamente, a relativa autonomia de raça parece significar uma relação que meramente pertence ao social.

Outro autor negro contemporâneo a James e também seu conterrâneo – ambos nasceram na colônia britânica de Trinidad, no Caribe –, Oliver C. Cox, trabalhou a questão em outros marcos. À diferença de James, Cox realizou um estudo mais formal acerca das relações entre raça e sociedade. No momento em que Cox publica seu livro mais polêmico, *Caste, class and Race* (1948) – que lançaria sobre sua obra futura um profundo silêncio –, um conjunto influente da produção sociológica sobre a questão racial nos EUA, que estava fundamentada em uma perspectiva que associava o fenômeno à sociedade de castas indiana. Sociólogos e antropólogos como Lloyd Warner, Allison Davis, John Dollard, entre outros, interpretavam o Sul dos EUA como uma sociedade que se estratificava em termos de classe e casta, na qual a ascensão e interação dos indivíduos – em particular os casamentos – se davam intragrupo. Com isso, o “problema negro” era afastado de sua historicidade, da Economia e da Política em direção à Cultura: “Ao usar uma hipótese de castas, então, a Escola [de castas] busca

explicar uma ‘sociedade normal’ no Sul. Em resumo, deu paz a uma sociedade híbrida que não assegurou harmonia para si própria; e enquanto isso for verdade, o trabalho é ficcional”²⁶ (Cox, 1948: 504). As relações raciais passam a ser algo não-reformável por estarem distante do tipo de problemas que estão sujeitos à intervenção.

Em reação a essa perspectiva, Cox tenta demonstrar, primeiro, que raça não tem nada a ver com casta – ou pelo menos não da maneira como se pensava –, e que se ela tem relação com algum sistema social – que ele entende como sendo fundamentalmente três: casta, estamento e classe – é a classe. Em segundo lugar, que é, antes de tudo, um problema político. De acordo com o autor:

Exploração racial e o preconceito racial se desenvolveram entre os europeus com a ascensão do capitalismo e do nacionalismo, e por causa das ramificações globais do capitalismo, todo antagonismo racial pode ser rastreado até as políticas e atitudes dos povos capitalistas centrais, os brancos da Europa e América do Norte.²⁷ (Cox, 1948: 322)

Desse modo, para Cox, as necessidades de produção tornaram urgente a tarefa de criar um grupo humano explorável. No começo da colonização, nas Índias Ocidentais, ainda não havia a associação clara que depois marcaria o mundo moderno entre escravidão e negritude, e era frequente a utilização de brancos como mão-de-obra nas plantações. Ainda de acordo com o autor, isso revela o caráter do fenômeno: a exploração racial é um aspecto do problema mais geral de proletarianização do trabalho. Mas essa proletarianização implicou para os povos colonizados uma situação única em sua relação com o capital. Em consonância com outros intelectuais do Atlântico Negro²⁸ (Gilroy, 2012), como o próprio C. L. R. James e Frantz Fanon, Cox enxerga a proletarianização do

26 “By using the caste hypothesis, then, the school seeks to explain a “normal society” in the South. In short, it has made peace for the hybrid society that has not secured harmony for itself; and in so far as this is true, its work is fictitious.”

27 “Our hypothesis is that racial exploitation and race prejudice developed among Europeans with the rise of capitalism and nationalism, and that because of the world-wide ramifications of capitalism, all racial antagonisms can be traced to the policies and attitudes of the leading capitalist people, the white people of Europe and North America.”

28 Paul Gilroy cunha o termo Atlântico Negro para se referir a uma estrutura de sentimento, interpretação e memória que emerge da experiência da escravidão como contracultura da modernidade. Para o autor, este repositório de energias utópicas conecta África, Américas, Europa e Caribe, e representa um espaço deslocado da noção de Estado-nação. Esta formação é unida pela circulação de pessoas, ideias e produções culturais que contestam ideologias raciais e purezas étnicas, desafiando leituras nacionalistas de identidade e, ao mesmo tempo, propondo uma compreensão da modernidade através do prisma da diáspora africana (Gilroy, 2012).

trabalho no emergente sistema-mundo capitalista de maneira intimamente atada à racialização – ou epidermização – das desigualdades.

Embora tanto as relações raciais quanto a luta do proletariado branco contra a burguesia sejam partes de um único fenômeno social, relações raciais envolvem uma variação significativa. No caso das relações raciais, a tendência da burguesia é proletarianizar todo um povo – quer dizer, todo um povo é visto como uma classe – enquanto a proletarianização branca envolve apenas uma seção do povo branco. O conceito de “burguês” ou “pessoas brancas” parece às vezes significar a mesma coisa, pois, para as pessoas de cor do mundo, foi quase sempre através de uma burguesia branca que o capitalismo foi introduzido.²⁹ (Cox, 1948: 344)

Não obstante a associação de raça ao capitalismo, promovida por Oliver Cox e de sua atração pela análise marxista, os marcos no qual ela se dá são sobretudo aqueles de uma “teoria empírica da estratificação” (Green, 1979: 5). Isso significa que a atenção de Cox ao sistema econômico em *Caste, class and race* – Cox se voltaria após a escrita desse livro ao estudo e publicação de três volumes acerca do surgimento e funcionamento do capitalismo enquanto um sistema mundial – se dá apenas na medida em que este sustenta sistemas de estratificação social. Ainda que atraído pelo paradigma da luta de classes, para Cox a disputa entre burguesia e proletariado é uma disputa entre classes políticas, e não sociais, uma vez que para o autor classe social apenas existe como um sistema de estratificação de sujeitos em um gradiente de status, cujos portadores são os indivíduos, e não o grupo, além do que carece de qualquer base objetiva. “A especificidade das relações por meio das quais raça e classe são articuladas são registradas por Cox no nível empírico, mas abandonadas no nível teórico da classe política”³⁰ (Green, 1979: 6). Tal como James, Cox percebe a dimensão política de raça e que há uma relação com a economia, porém, apenas apontar que raça se vincula à economia não é suficiente, já que são justamente os termos dessa relação que devem ser explicados. Compreende-se assim a crítica a Cox

29 “Although both race relations and the struggle of the white proletariat with the bourgeoisie are parts of a single social phenomenon, race relations involve a significant variation. In the case of race relations the tendency of the bourgeoisie is to proletarianize a whole people – that is to say, the whole people is looked upon as a class – whereas white proletarianization involves only a section of the white people. The concept ‘bourgeois’ and ‘white people’ sometimes seems to mean the same thing for, with respect to the colored peoples of the world, it is almost always through a white bourgeoisie that capitalism has been introduced.”

30 “The specificity of the relations by which race and class are articulated are registered by Cox at the empirical level, but abandoned at the theoretical level of political class.”

de economicismo (Rex, 1973), afinal, por mais que raça goze de relativa autonomia, o eixo de determinação permanece do econômico ao social.

Essa breve exposição das perspectivas de James e Cox aqui serviu ao objetivo de demonstrar que a tradição radical negra, embora tenha percebido que raça se vinculava estreitamente à economia, absteve-se de um mergulho teórico sobre essa relação, privilegiando suas expressões políticas. Apesar disso, a maneira como Cox e James lidaram com as tradições intelectuais ou as disciplinas acadêmicas nas quais dialogavam e foram formados trouxe deslocamentos que levaram insights dessas tradições a regiões inexploradas, na tentativa de conciliar os recursos analíticos oferecidos com a particularidade da experiência negra. No caso de James e Cox, tanto o marxismo quanto a Sociologia, respectivamente, foram convidados a refletir acerca da centralidade de raça enquanto um fator político da mais alta importância. A urgência agora passa ser a expansão desse projeto radical no interior das disciplinas, e não sua rejeição, o que para os fins deste texto significa intensificar o diálogo entre tais perspectivas críticas em matéria de raça e outras áreas e subáreas das Ciências Sociais e das Humanidades, com o fim de que as estruturas de diálogo sejam afetadas. Isso só pode ser feito com a reivindicação do econômico.

Articulação e possibilidades de diálogo entre Sociologia Econômica e perspectivas críticas sobre raça

Stuart Hall, em um texto pouco discutido no Brasil, coloca-se a necessidade de repensar o lugar teórico de raça na explicação de sociedades estruturadas em dominância. De acordo com Hall, os estudos sobre essas sociedades podem ser agrupados em duas macrotendências fundamentais. A primeira, que Hall chama de “econômica”, toma:

As relações e estruturas econômicas como dotadas de um efeito esmagador sobre as estruturas sociais de tais formações. Especificamente, aquelas divisões sociais que assumem um caráter distintivamente racial ou étnico podem ser atribuídas ou explicadas principalmente em referência às estruturas e processos econômicos³¹ (Hall, 1980: 306).

31 “What allows of a characterization of these very different approaches as belonging to a single tendency is simply this: they take economic relations and structures to have an overwhelmingly determining effect on the social structures of such formations. Specifically, those social divisions which assume a distinctively racial or ethnic character can be attributed or explained principally with reference to economic structures and processes”

A segunda, que Hall chama de “sociológica”, enfatiza “raça e etnicidade como traços especificamente sociais e culturais das formações sociais em discussão”³² (Hall, 1980: 306).

Novamente, o que distingue os contribuidores dessa escola como pertencentes – apenas para os fins deste texto – a uma única tendência é o seguinte: embora difiram internamente, os contribuidores da tendência sociológica concordam na autonomia, a irredutibilidade, de raça e etnicidade como traços sociais. Elas exibem, argumentam, suas próprias formas de estruturação, têm seus próprios efeitos específicos que não podem ser explicados como meras formas superficiais de aparência das relações econômicas, nem adequadamente teorizadas ao reduzi-las ao nível econômico de determinação.³³ (Hall, 1980: 306-307)

De acordo com Hall, a tensão entre as duas tendências reflete em micro tensões maiores que animam o próprio debate da teoria. Além disso, o autor ressalta que não se trata de uma simples disputa teórica:

Diferenças de análise e abordagem teórica têm efeitos reais sobre as estratégias de transformação política em tais sociedades [racialmente estruturadas]. Se a primeira tendência estiver correta, então o que é frequentemente experimentado e analisado como conflitos étnicos e raciais são na verdade manifestações de problemas e contradições econômicas mais profundas. [...] Mas se relações étnicas não são redutíveis a relações econômicas, então aquelas não necessariamente mudarão quando estas mudarem.³⁴ (Hall, 1980: 307)

32 “The principal stress in this second tendency is on race or ethnicity as specifically social or cultural features of the social formations under discussion.”

33 “Again, what distinguishes the contributors to this school as belonging— for the purposes here alone—to a single tendency, is this; however they differ internally, the contributors to the sociological tendency agree on the autonomy, the non-reductiveness, of race and ethnicity as social features. These exhibit, they argue, their own forms of structuration, have their own specific effects, which cannot be explained away as mere surface forms of appearance of economic relations, nor adequately theorized by reducing them to the economic level of determination.”

34 “Differences of theoretical analysis and approach have real effects for the strategies of political transformation in such societies. If the first tendency is broadly correct, then what is often experienced and analysed as ethnic or racial conflicts are really manifestations of deeper, economic contradictions. It is, therefore, to the latter that the politics of transformations must essentially be addressed. The second tendency draws attention to the actual forms and dynamic of political conflict and social tension in such societies—which frequently assume a racial or ethnic character. It points to the empirical difficulty of subsuming these directly into more classical economic conflicts. But if ethnic relations are not reducible to economic relations, then the former will not necessarily change if and when the latter do.”

Percebe-se que, apesar das diferenças, mais do que significativas, a tradição radical negra e os economistas racistas do Sul, por estudarem sociedades racialmente estruturadas, acabaram refletindo, em alguma medida, tais tensões. No caso dos economistas políticos, a inferioridade negra lhes era tão evidente que, independentemente da instituição da escravidão – que inclusive a justificava –, o advento de uma sociedade assentada no trabalho livre não mudaria esse fato fundamental. No caso de James e Cox, a grande questão é a transformação política dessas sociedades, pois só assim uma sociedade plenamente democrática – ambos os autores apostavam na democracia – seria atingida, e, portanto, é com a alteração da base material que a questão racial seria resolvida junto com a questão social.

Em seu texto, a solução encontrada por Hall para a superação dessa dicotomia “marxista X weberiana” – a primeira monocausal em forma e segunda pluralista em ênfase (Hall, 1980: 307) – no estudo de sociedades racialmente estruturadas, está na ideia althusseriana de articulação, onde a “unidade formada por essa combinação é sempre, necessariamente, uma ‘estrutura complexa’: uma estrutura na qual as coisas se relacionam tanto por suas diferenças quanto por suas semelhanças”³⁵ (Hall, 1980: 325). Desse modo, os níveis de uma formação social – o econômico, o político e o ideológico – requerem suas próprias formas particulares de representação (Hall, 1980: 340), e raça passa a ser vista, assim, como:

Intrínseca à maneira como as classes trabalhadoras negras são complexamente constituídas em cada um desses níveis. [...] Raça é a modalidade na qual classe é ‘vivida’, o meio pelo qual as relações de classe são experienciadas, a forma pela qual ela é apropriada e lutada. Isso tem consequências para toda a classe, e não apenas para seus segmentos “racialmente definidos”³⁶ (Hall, 1980: 340).

35 “The unity formed by this combination or articulation, is always, necessarily, a ‘complex structure’: a structure in which things are related, as much through their differences as through their similarities.”

36 “Race is intrinsic to the manner in which the black labouring classes are complexly constituted at each of these levels. It enters into the way black labour, male and female, is distributed as economic agents at the level of economic practices, and the class struggles which, result from it; and into the way the fractions of the black labouring classes are reconstituted, through the means of political representation (parties, organizations, community action centres, publications and campaigns) as political forces in the ‘theatre of politics’—and the political struggles which result; and the manner in which the class is articulated as the collective and individual ‘subjects’ of emergent ideologies—and the struggles over ideology, culture and consciousness which result. This gives the matter or dimension of race, and racism, a practical as well as theoretical centrality to all the relations which affect black labour. The constitution of this fraction as a class, and the class relations which ascribe it, function as race relations. Race is thus, also, the modality in which class is ‘lived’, the medium through which class relations are experienced, the form in which it is appropriated and ‘fought through’. This has consequences for the whole class, not specifically for its ‘racially defined’ segment.”

Os avanços em matéria de teorias acerca de raça e racismo, desde a publicação desse texto de Hall, trouxeram ainda mais elementos importantes. Daniel Hirschman e Laura Garbes (2019) refletem sobre essa produção e as contribuições que a Teoria Crítica de Raça pode trazer à Sociologia Econômica. De acordo com os autores:

Os trabalhos recentes e os textos fundacionais usados para ensinar a próxima geração de sociólogos econômicos subestima ou ignora o papel de raça e do racismo na estruturação da vida econômica, [e destacam também] que raça e racismo são em grande medida ausentes dos grandes projetos intelectuais do campo³⁷ (Hirschman e Garbes, 2019: 2).

Nos termos deste texto, significa dizer que essa subdisciplina, de certo modo, “comprova” a evasividade racial epistemológica da ciência econômica e de grande parte da teoria social. O núcleo da Sociologia Econômica – o foco dos autores sendo mais as vertentes americanas da subdisciplina –, segundo Hirschman e Garbes, pode ser resumido em quatro projetos intelectuais: “a incrustação/enraizamento (**embeddedness**) polanyana, a incrustação/enraizamento granovetteriana, a abordagem da performatividade e a abordagem cultural de Zelizer”³⁸ (Hirschman e Garbes, 2019: 4-5). Ainda de acordo com os autores, esses projetos tendem, cada um a sua maneira, a negligenciar o elemento racial das análises. Tentam, assim, mostrar de que maneira o caráter estrutural do racismo deve ser considerado pela Sociologia Econômica. Stuart Hall tenta mostrar que também, em sentido oposto, o econômico deve ser visto em sua articulação, e delimitando um horizonte histórico de possibilidades sempre sem garantias no qual raça opera e ajuda a construir.

Conclusão

O massacre de Tulsa, com o qual iniciamos este trabalho, pode demonstrar de que maneira a formação de uma economia negra nos EUA esteve sujeita à determinação racial, principalmente no sentido de consolidação de um mercado negro autônomo, e de que modo essa mesma economia desestabilizou uma ordem social racialmente estruturada que imediatamente reagiu em pró de sua

37 “We show that both award-winning recent work and foundational texts and readers used to teach the next generation of economic sociologists downplay or ignore the role of race and racism in structuring economic life, and that race and racism are largely absent from the major intellectual projects of the field.”

38 “Based on our survey of the field, and on prior theoretical and historical work, we identified four such intellectual projects that we believe collectively constitute the core of economic sociology: Polanyian embeddedness, Granovetterian embeddedness, the Performativity approach, and Zelizer’s cultural approach”

manutenção. *Greenwood* não existiria sem a história da escravidão na América, uma vez que o racismo criou um espaço de possibilidades econômicas, e nem o capitalismo americano poderia ser moldado sem o trabalho negro. Inversamente, a manutenção dessa dominação racial se incrustava em grande medida nas necessidades econômicas da população branca, que estava disposta a despejar sangue para mantê-la. Dissociar esses dois elementos na análise e isolá-los, além de incompleto, converte uma desapareição literal, que se deu historicamente por meio de instituições, violências e massacres, em desapareição epistemológica, por meio de modelos teóricos que não conseguem conceber tais relações e podem contribuir intelectualmente para a perpetuação de violências.

A recuperação da tradição radical negra neste texto teve como propósito demonstrar que a superação da evasividade racial teórica não é apenas uma questão de incorporar raça como mais uma “variável” nas análises sociológicas, mas de reconhecer o que intelectuais negros como C. L. R. James e Oliver C. Cox já haviam percebido, desde meados do século XX: a indissociabilidade entre raça e a estruturação do capitalismo moderno. Ao contrário da evasividade que marca grande parte da produção das Ciências Sociais, esses autores colocaram raça no centro de suas análises sobre economia e sociedade, ainda que, como argumentamos, tenham privilegiado suas expressões políticas em detrimento de um aprofundamento teórico sobre os mecanismos específicos dessa articulação no nível econômico. A tradição radical negra, portanto, oferece, não apenas uma crítica à evasividade racial teórica, mas também um horizonte metodológico alternativo: um que insiste na centralidade de raça para a compreensão da modernidade capitalista, ao mesmo tempo em que demanda que as estruturas de diálogo nas Ciências Sociais sejam reformuladas para acomodar essa perspectiva como um princípio estruturante da análise. É nesse sentido que a articulação proposta por Stuart Hall entre raça, classe e os diferentes níveis de uma formação social se torna fundamental, pois permite escapar tanto do reducionismo econômico quanto da fragmentação sociológica, apontando para uma Sociologia Econômica que seja, simultaneamente, uma sociologia racialmente consciente.

Referências

- ANNAMMA, S A; JACKSON, D D; MORRISON, D. Conceptualizing color-evasiveness: using dis/ability critical race theory to expand a color-blind racial ideology in education and society. *Race, ethnicity and education*. v. 20, n. 2, 147–162, 2017.
- BHAMBRA, G. Sociology and Postcolonialism: Another ‘Missing’ Revolution?. *Sociology*. V, 41 (5), 2007.

- BONILLA-SILVA, E. *Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in America*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2017.
- _____. *Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América*. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- BROPHY, A. L. *Reconstructing the Dreamland: The Tulsa Riot of 1921*. New York: Oxford University Press, 2002.
- BUCK-MORSS, S. *Hegel, Haiti, and Universal History*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.
- CALLON, M. Introduction. In: *The laws of the market*. Oxford: Blackwell, 1998.
- _____. What does it mean to say that economics is performative?: *Papiers de Recherche du CSI*. n. 05, 2006.
- CARLANDER, J R. e BROWNLEE, W E. Antebellum Southern political economists and the problem of slavery. *American Nineteenth Century History*, v. 7, n. 3, September, 2006.
- CONNELL, R. O Império e a criação de uma ciência social. *Contemporânea*. São Carlos, v. 2, n. 2, 2012, pp. 309-336.
- COX, O C. *Caste, class and race: a study in social dynamics*. New York: Doubleday and company, 1948.
- FERNANDEZ, B. P. M. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. *Revista de Economia Política*. v. 38, n. 3 (152), julho-setembro/2018, pp. 559-583
- GILROY, P. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GREEN, A. D. *On the political economy of black labour and the racial structuring of the working class in England*. Stencilled Occasional Paper. Birmingham: CCCS, 1979.
- HALL, S. Race, articulation and societies structured in dominance. In: *Sociological Theories: Race and Colonialism*. Paris, UNESCO, 1980.
- HALL, S. *The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- HIRSCHMAN, D e GARBES, L. Towards an economic sociology of race. *Socio-Economic Review*, v. 0, n. 0, 2019. pp. 1-29
- JAMES, C. L. R. Marx's The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte and the Caribbean. In: *You Don't Play With Revolution: The Montréal Lectures of C.L.R. James*. Oakland, Edimburgh, Baltimore: AK Press, 2009.
- _____. *Os jacobinos negros: Toussaint Louverture e a revolução de São Domingos*. Campinas: Boitempo, 2010.
- MARTIN, T. C. L. R. James and the race/class question. *Race*, XIV, 2, 1972.
- O'DELL, L. Riot Property Loss. In: *Tulsa Race Riot: a report by the Oklahoma*

- Commission to study the Tulsa Race Riot of 1921*. Tulsa: Tulsa Race Riot Commission, 2001.
- RABBITT, K. C. L. R. James's figuring of Toussaint-Louverture: The Black Jacobins and the literary hero. In: C. L. R. James: *His Intellectual Legacies*. Amherst; The University of Massachusetts Press, 1995.
- REX, J. *Race, colonialism and the city*. London, Routledge, 1973.
- ROBINSON, C. *Marxismo negro: A criação da Tradição Radical Negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- SMITH, A. A *Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ST LOUIS, B. *Rethinking race, politics, and poetics: C.L.R. James's critique of modernity*. New York and London: Routledge, 2007.

DATA de recebimento: 04 de outubro de 2024

DATA de aceite: 13 de outubro de 2025

Como citar este artigo:

BORDA, Erik Wellington Barbosa. Raça, economia e sociedade: da tradição radical negra à crítica da sociologia econômica. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-23, e151372, 2025, Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1372>